



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
PESQUEIRO - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
PESQUEIROS CONTINENTAIS DAS BACIAS DO SÃO FRANCISCO, PARNAÍBA, ATLÂNTICO
NORDESTE OCIDENTAL, ATLÂNTICO NORDESTE ORIENTAL E ATLÂNTICO LESTE - CPG
NORDESTE

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA
REUNIÃO MISTA
Petrolina/PE, 15 E 16 DE MAIO DE 2024

1. ABERTURA

A 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste (CPG Nordeste) iniciou às 09:00h do dia dezois de maio de dois mil e vinte quatro (16/05/2024), presidida pelo Coordenador Jocemar Mendonça, a Secretária Executiva Bianca Larissa Sousa, a Secretária Adjunta Sandy Lima e equipe de apoio Edilene Ferreira. A reunião foi promovida pelo Departamento de Ordenamento e Territórios Pesqueiros (DEPOP) da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA/MPA), em Petrolina – PE, e conduzida de forma mista (presencial e por videoconferência).

Inicialmente, o Coordenador Jocemar Mendonça verificou se havia quórum suficiente para a continuidade da reunião, tendo o quórum necessário, solicitou a apresentação dos representantes dos órgãos e entidades da administração pública e federal e da sociedade envolvida na atividade pesqueira, seguindo a ordem dos membros definidos pela portaria MPA nº 247, de 08 de maio de 2024. Após a apresentação, o coordenador deu início aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença, oferecendo as boas-vindas para a 2ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste, no âmbito da Rede Pesca Brasil.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Sessão Ordinária, realizada no formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- **Coordenação CPG Nordeste**
Jocemar Tomasino Mendonça (Coordenador)
- **Secretaria-executiva do CPG Nordeste**
Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Secretária-Executiva)
Sandy Evelin Lima (Secretária Adjunta Suplente)
Edilene Pinheiro Ferreira (Equipe de Apoio)
- **Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**
Rivetta Edipo Araújo Cruz (Titular)
Carolina Amorim da Silva Bittencourt (Suplente)
- **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**
Henrique Breda Arakawa (Suplente)
- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)**
Iran Cardoso Júnior (Titular)
- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**
Michel Lopes Machado (Titular)
- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**
Maria Rita de Cascia Barreto Neto (Titular)
- **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)**
Hermano Luiz Carvalho dos Santos (Titular)
Alessandro da Silva Xavier
Rozzano Antônio Cavalcanti Reis
José Jacobina R. Neto
- **Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (SEDAP-PB)**
Maria Silva da Cunha (Titular)
Eliane F. França
- **Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura do Maranhão (SEPA-MA)**
Georgia Braga Costa (Suplente)

- **Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG)**
Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (Suplente)
- **Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)**
Elton José de França (Suplente)
- **Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)**
Maria José da Silva Santos (Titular)
- **Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)**
Josiane Araújo Melo Silva (Titular)
Lucemário Xavier Batista (Suplente)
- **Associação de Pescadores e Pescadoras de Curralinhos (Juazeiro/BA)**
Maria Alice Borges da Silva
- **Colônia de Pescadores Z-23 (Petrolândia/PE)**
Evaldo Samuel Santos
- **Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-18 (Lagoa do Carro/PE)**
Maria das Neves dos Santos
- **Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-21 de Pedrinhas (Petrolina/PE)**
Maria Cristina Barbosa de Caldas
Raimundo Bahia
- **Colônia de Pescadores Z-27 (Belém do São Francisco/PE)**
Marcelo Alvez da Silva
- **Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-31(Serrita/PE)**
Sebastião José dos Santos
- **Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-16 (Ibimirim/PE)**
Emerson Vieira Freire
Charlene Silva Ramos de Oliveira
- **Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)**
Severino Antônio dos Santos
Cristiano Melo da Silva
Jéssica Alves Leite da Silva
- **Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)**
Maria Daguia Alves Neta

- **Prefeitura Municipal de Feira Nova/PE**
Meiricy Beatriz Souza Vasconcelos
- **Secretarial Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP)**
Catarina Cardoso de Melo
- **Secretaria de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico (Feira Nova/PE)**
Emerson José da Silva Oliveira
- **Secretaria de Estado da Agricultura da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte (SAPE/RN)**
Maria Luísa Quinino de Medeiros

3. APROVAÇÃO DA AGENDA

Feitas as apresentações, o Coordenador Jocemar Mendonça realizou a leitura da agenda definitiva do CPG Nordeste, previamente encaminhada pelo e-mail para apreciação e inclusão de pauta por parte dos membros. Deste modo, informou que a Sessão seria conduzida conforme o seguinte sumário: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Apresentação da ATA da 1ª Sessão Ordinária do CPG; 5 - Participação Social e a Reestruturação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONEPE); 6 – Programa Povos da Pesca Artesanal; 7 - Estratégias no Combate à Invasão de Espécies Exóticas: O caso do Mexilhão Dourado no Rio São Francisco; 8 - Apresentação da Síntese Sobre a Revisão das Medidas de Ordenamento/ PAN São Francisco; 9 - Apresentação das Iniciativas Relacionadas à Gestão da Vazão Ecológica dos Reservatórios; 10 - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva; 11 - Demandas Recepcionadas pela SNPA/MPA; 12 - Solicitação de Período de Defeso Na Barragem Lagoa Do Carro/PE; 13 - Recomendações da 1ª Reunião Ordinária do CPG Nordeste; 14 - Recomendações da 2ª Reunião Ordinária do CPG Nordeste; 15 - Contribuições dos Membros; 16 - Definição do Calendário de Reuniões do CPG Nordeste.

Após o informe, submeteu a agenda para aprovação ao plenário. A senhora Adriana, representante do CONAPE, solicitou que sua apresentação intitulada “participação social e reestruturação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE)”, item 5 da agenda, fosse transferida para as 11h30. Não havendo

posição contrária a solicitação, o Coordenador declarou aprovada a agenda da 2ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste.

3.2 APRESENTAÇÃO DA ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG

Em continuidade à Sessão do CPG Nordeste, o Coordenador apresentou o item 4 da agenda definitiva que tratou sobre a apresentação da ATA da 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste. Foi explanado que a ATA foi encaminhada aos membros pelo e-mail, junto com o convite ao CPG, para leitura e considerações. Posto isso, indagou se alguém teria modificações a respeito do conteúdo das discussões relatadas na ATA da primeira sessão ordinária do CPG Nordeste, realizada em 2023. Como não houve manifestações, o coordenador considerou-a aprovada sem necessidade de alterações.

3.4 PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL

O item 5, da agenda definitiva, tratou da apresentação do Programa Povos da Pesca Artesanal realizado pelo Coordenador Jocemar Mendonça que destacou os principais objetivos, diretrizes e ações do programa. Inicialmente, discorreu que o programa foi criado pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA) e instituído pelo Governo Federal com o objetivo de incorporar nas políticas públicas do Estado Brasileiro, as principais reivindicações dos pescadores e pescadoras artesanais em uma ação integrada. Assim, citou como objetivos centrais do programa o fortalecimento e capacitação das pescadoras e pescadores artesanais para enfrentar desafios e melhorar a produção; a valorização das atividades e culturas das comunidades pesqueiras e seus territórios; o estímulo a pesquisa e inovação sustentável e a garantia da segurança alimentar nacional.

Na sequência, ressaltou as ações em andamento no Programa Povos da Pesca Artesanal, como o “Subprograma *Projeto Santiago: Condições de trabalho dos pescadores e pescadoras do Brasil*”, que trata de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MPA e o Ministério Público do Trabalho (MPT) para promover a melhoria das condições gerais do trabalho dos pescadores e pescadoras do Brasil. Também citou o “Subprograma *Jovem Cientista da Pesca Artesanal*”, estabelecido por meio de convênios entre o MPA e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, visando o fomento de bolsas de iniciação científica juniores para a juventude da pesca artesanal; o “Subprograma *Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil*”, também ACT entre o MPA e o Ministério da Cultura (Minc)

que visa apoiar, divulgar, fomentar e reconhecer as culturas pesqueiras tradicionais do Brasil; e o “*Subprograma Boa Maré*”, ACT entre o MPA e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujo objetivo é promover a inclusão socioproductiva e a segurança alimentar e nutricional das comunidades pesqueiras artesanais; além de outros Subprogramas importantes que tratam da valorização dos territórios pesqueiros artesanais e do desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal.

Após elencar as principais ações, destacou as diretrizes que compõem o Programa Povos da Pesca Artesanal que incluem a participação social – sendo o CPG uma das ferramentas de inclusão efetiva e participativa do setor pesqueiro –, a busca por igualdade de gênero e étnico-racial; base científica para subsidiar decisões; sustentabilidade da atividade; gestão e ordenamento pesqueiro participativo; mitigação e adaptação às mudanças climáticas extremas, além da valorização do patrimônio cultural das comunidades pesqueiras.

Por fim, enfatizou a importância do programa para a classe pesqueira artesanal brasileira, considerando-o a base para a construção de novas ações que atendam às necessidades da população pesqueira.

Em seguida, foi aberto o momento de fala para os membros e participantes.

Com a palavra, a Senhora Maria das Neves, conhecida como Maria das Águas, da colônia de pescadores Z-18 de Lagoa de Carro/PE, expressou sua gratidão e felicidade com a implementação do programa povos da pesca artesanal para todos os pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. Com a inclusão da categoria artesanal nas políticas públicas, revelou sentir-se assistida e ouvida pelo Ministério, destacando a longa luta para que os pescadores artesanais fossem devidamente reconhecidos como profissionais.

O representante da FAEP-BR pontuou que o programa representa um marco ao setor artesanal brasileiro e destacou uma das ações dos povos da pesca artesanal, que é o desenvolvimento da cadeia produtiva através de projetos que incentivem o beneficiamento de pescado. Segundo ele, há uma dificuldade do setor em levar o pescado à mesa da população, devido à falta de tecnologia e beneficiamento adequado, o que compromete a valorização do produto, reduzindo as possibilidades de comercialização e, conseqüentemente, a renda dos pescadores e comunidades pesqueiras artesanais.

O senhor Antônio Tarcísio (Pastoral dos Pescadores/CPP) sugeriu que o Ministério deve incentivar a utilização de tecnologias como a Carne Mecanicamente Separada (CMS) para o desenvolvimento de produtos que ampliem as oportunidades de comercialização.

Em resposta, o Coordenador reiterou o compromisso do Ministério em fomentar ações para o desenvolvimento socioeconômico da pesca artesanal. Além disso, afirmou que a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA) vem empenhando esforços para desenvolver a cadeia produtiva dos setores pesqueiros artesanais, visando garantir a comercialização de produtos de alta qualidade, atendendo às exigências higiênicos-sanitárias previstas em lei.

Apontou ainda que a Secretaria reconhece as dificuldades burocráticas para o abastecimento de pescado em redes de distribuição, motivo pelo qual tem buscado simplificar esse processo. Como exemplo, citou o programa “RU: Na hora do Pescado” projeto desenvolvido pela secretaria com o objetivo de inserir na alimentação escolar a proteína do pescado.

Foi questionado o andamento do ACT do MPA junto ao Ministério da Cultura (Minc) sobre as Culturas de Pescas Artesanais. Em relação a isso, foi explanado que o Subprograma Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil, ação do programa povos da pesca artesanal, encontra-se em fase burocrática, estando em trâmite o TED (Termo de Execução Descentralizada) com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para a liberação de recursos. Após o repasse, as atividades serão iniciadas.

3.5 ESTRATÉGIAS NO COMBATE À INVASÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS: O CASO DO MEXILHÃO DOURADO NO RIO SÃO FRANCISCO

Em sua apresentação intitulada “Estratégias no combate à invasão de espécies exóticas: o caso do mexilhão dourado no rio São Francisco”, o Senhor Newton Barbosa (Hidrobioly) trouxe à discussão o caso do mexilhão dourado no Rio São Francisco, espécie invasora que tem causado sérios impactos na região. O mexilhão é um bivalve, nativo da Ásia, que possui como principal característica as glândulas de bisso que liberam substâncias que permitem a fixação em substratos. Essa característica permite que os mexilhões formem colônias e incrustações em qualquer tipo de estrutura disponíveis, como em turbinas de energia, redes de pesca e barcos, dificultando as atividades de geração de energia

hidrelétrica e a captação de água para o consumo humano, gerando sérios impactos.

O palestrante ressaltou que o cenário para os próximos é de expansão do mexilhão em toda bacia do Rio São Francisco assim como um aumento das problemáticas associadas a ele. Frente a isso, destacou que a crescente ameaça econômica causada por bivalves invasores de água doce, oferecem forte incentivo econômico para se investir em manejos preventivos, tais como biossegurança e a erradicação da resposta rápida. Nesse contexto, citou algumas medidas que podem ser tomadas para reduzir espécies invasoras como vistorias mais constantes, uso do controle mecânico e controle químico, além de investimentos em educação ambiental.

Findada a apresentação, o Coordenador abriu a fala para manifestações e esclarecimento de dúvidas.

O representante da colônia Z-23 de Petrolina relatou a presença de muitos mexilhões na barragem de sobradinho, questionando se a presença dessas espécies oferece riscos à saúde devido o consumo de água. Em resposta, o Sr. Newton explicou que a presença do mexilhão em um corpo d'água não necessariamente vai causar doenças ou problemas na água. Assim, explanou que existem estudos que demonstram que os mexilhões podem favorecer a produção de cianobactérias, no entanto, são casos mais isolados.

Foi questionado pelo coordenador Jocemar Mendonça (MPA) a existência de programas no Brasil para o combate efetivo de espécies invasoras, como o mexilhão dourado, peixe-leão, ostras no sul e sudeste, o coral-sol, além de tantas outras que estão espalhadas nas bacias e no litoral brasileiro.

O Sr. Newton colocou que o combate do mexilhão é mais difícil pela falta de utilidade do animal, o que dificulta os caminhos para utilização desses recursos. Com isso, expôs que dificilmente consegue imaginar soluções que possam eliminar esses animais da natureza.

3.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA (CONEPE)

Neste item da agenda, a senhora Adriana Toledo realizou uma apresentação sobre a participação social e a reestrutura do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONEPE). Sobre o assunto, destacou que a participação social é uma das

principais diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura, sendo o CONEPE um mecanismo de inclusão e participação da população pesqueira nas tomadas de decisões. Contudo, após avaliação verificou-se que o conselho se encontrava inativo desde 2015.

Diante disso, foi realizado uma revisão do decreto que regulamentava o conselho, tendo sido solicitado a casa civil que o decreto fosse atualizado de modo que atendesse a nova estrutura do Ministério de Pesca. Com isso, deflagrou o processo de composição do conselho que foi feito através de um edital de chamamento público. A Sra. Adriana enfatizou que a composição do conselho é renovada a cada 2 anos e conta atualmente com 32 vagas para organizações da sociedade civil, com 61 membros, sendo 29 do governo e 32 da sociedade civil.

Destacou também como outros mecanismos de participação social, os grupos de trabalho no âmbito do MPA, como o GT RGP, GT Mulheres, entre outros. Citou ainda as audiências públicas e consultas públicas como outras garantias de participação social. Por fim, frisou a importância dessas instâncias para escutar a opinião da sociedade e construir juntos uma política pública que melhor atenda ao setor.

Após isso, a fala foi aberta para considerações.

A Senhora Maria das águas discursou sobre o prêmio recebido no evento mulheres das águas coordenado pelo MPA. Em seu discurso, ela agradeceu o reconhecimento dos povos pesqueiros artesanais pelo governo atual, destacando que a comunidade pesqueira artesanal necessita ser ouvida e atendida. O Coordenador reiterou o compromisso do Ministério em ouvir e acolher as demandas dos pescadores e pescadoras artesanais, visando a melhor forma de atendê-las.

Assim, foi finalizado o período da manhã do CPG Nordeste.

3.6 APRESENTAÇÃO DA SÍNTESE SOBRE A REVISÃO DAS MEDIDAS DE ORDENAMENTO/ PAN SÃO FRANCISCO

No segundo momento da reunião, ocorreram alguns problemas técnicos que impossibilitaram a continuidade da reunião remota e presencial. Deste modo, considerando a dificuldade de restabelecimento da energia elétrica na região, a coordenação do CPG Nordeste avaliou a transferência do local da reunião para as

instalações da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em Petrolina (PE), para garantir sua continuidade, assim feito.

Assim, a representante do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (CEPTA), Senhora Maria Rita, apresentou uma palestra que versou sobre a proposta de atualização do Ordenamento Pesqueiro na Bacia Hidrográfica do Velho Chico. Em síntese, a Sra. Maria Rita comentou que um PAN consiste em um plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, sendo um meio para fazer gestão com a participação de todos. O recorte do PAN São Francisco contempla todas as regiões da bacia, com a priorização de quatro áreas estratégicas. Nesta linha, o plano conta com 6 (seis) objetivos específicos, sendo um deles a melhoria da gestão pesqueira e da fiscalização relativa à pesca na Bacia do São Francisco. Dentre as ações deste objetivo, estão incluídos a retomada dos grupos de trabalho para atualização de portarias, recomendação aos órgãos licenciadores para a inclusão de monitoramento da atividade pesqueira em empreendimentos hidrelétricos e a revisão e melhoria de critérios para obtenção da carteira de pescador profissional.

Após este contexto, apresentou a proposta de atualização do ordenamento pesqueiro na Bacia do Rio São Francisco. Essa proposta baseia-se na definição dos municípios que abrangem as áreas estratégicas nas quatro regiões fisiográficas. Logo, o coordenador seria responsável bem como os pontos focais regionais de cada região. A preparação das reuniões presenciais com os pescadores seria responsabilidade dos financiadores, como local, alimentação e transporte, enquanto o material didático sobre a legislação do ordenamento pesqueiro ficaria com os colaboradores. Quanto ao recurso financeiro, ressaltou que ainda está em fase de levantamento de quem poderia financiar a proposta.

O Senhor Revtla Édipo (MPA) ressaltou que a competência do ordenamento pesqueiro é do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e não do IBAMA como colocado pela Sra. Maria Rita em sua apresentação. Além disso, destacou que o PAN, pode sugerir medidas de ordenamento, mas essas medidas precisam ser tratadas no fórum específico, que são os comitês permanentes de gestão - CPGs, que compreende todos os setores da administração pública que fazem afeto ao tema, como também da sociedade civil. Enfatizou, ainda, que a proposta do PAN apresenta uma limitação

de popularidade e de participação, tendo em vista a grandiosidade do Rio São Francisco.

Foi relatado pela representante da CEPTA que houve muita dificuldade em conseguir representantes de determinados segmentos da bacia hidrográfica, destacando que foram realizadas várias reuniões para participação do setor no planejamento do PAN, porém não houve adesão.

3.7 APRESENTAÇÃO DAS INICIATIVAS RELACIONADAS À GESTÃO DA VAZÃO ECOLÓGICA DOS RESERVATÓRIOS

Na sequência, a Sra. Maria Rita (CPTA/ICMbio) iniciou sua segunda apresentação cujo objetivo foi apresentar as iniciativas relacionadas à gestão da vazão ecológica dos reservatórios. A palestra surgiu de uma recomendação realizada na primeira sessão ordinária do CGP Nordeste. Foi destacado que o objetivo geral do projeto consistiu em assegurar a qualidade ambiental do ecossistema aquático para conservar populações saudáveis de peixes ameaçados do velho chico, em 5 anos. A ação proposta reside em propor hidrograma ambiental para áreas estratégicas, com foco na conservação das espécies PAN, a partir dos estudos atualizados de vazão ecológica.

Comentou também sobre as lagoas de inundação que são áreas mais produtivas em relação à calha. Essas lagoas são áreas de reprodução de organismos aquáticos, principalmente de peixes migratórios que realizam a piracema. Logo, se não ocorre as cheias, ocorrerá uma alteração do ecossistema e principalmente um declínio da população de peixes. A Sra. Maria Rita apresentou alguns estudos que demonstram a importância das planícies de inundação.

Um deles foi publicado pela professora Yvonilde Medeiros que em 2020 apresentou uma proposta ao IBAMA sobre pulsos de inundações no Rio São Francisco. Tal proposta tinha como objetivo testar 2 pulsos durante o período de janeiro e fevereiro com magnitudes de 2500 m/s e 3500 m/s, respectivamente. A duração dos pulsos foi justificada pela necessidade de permitir uma maior persistência da cheia para recuperar habitats antes utilizados por espécies de peixes especialistas e manter o alagamento das áreas marginais por um período mais longo. Por fim, seria realizado um monitoramento contínuo da ictiofauna.

O senhor Tarcísio (Conselho Pastoral de Pescadores) destacou que existe muitas lagoas no trecho do São Francisco, ressaltando que esses ambientes estão

ameaçados não apenas pela vazão das hidrelétricas como também por ocupações imobiliárias que estão degradando as lagoas. Portanto, questionou a fiscalização nas áreas ao entorno das lagoas e a gestão desses corpos d'água.

Em resposta, a senhora Maria Rita explanou que um dos objetivos da proposta consiste em efetivar a fiscalização e monitoramento da ictiofauna dos locais abrangidos, destacando que as tratativas com órgãos fiscalizadores ainda estão em andamento.

O Senhor Michel Lopes (IBAMA) questionou se a proposta de simulação de um curso de inundação artificial cobriria apenas uma hidrelétrica ou uma cascata de hidrelétricas da bacia do rio São Francisco.

Quanto a isso, a Sra. Maria destacou que estudos estão sendo realizados sobre os cursos de inundações artificiais para aumentar a produtividade dos peixes, os quais servirão de base para aplicações futuras.

3.8 PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA

Dando continuidade à programação, o Senhor Rivetla Édipo, Diretor do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Armadora e Esportiva (SNPI) realizou uma breve apresentação de umas das ações da secretaria que é o plano nacional para o desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva (PNPA).

O diretor afirmou que o PNPA foi lançado em março de 2023 em Brasília com a participação de várias partes. O objetivo do plano foi promover a atividade de pesca amadora e esportiva de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental no Brasil. No geral, o plano apresenta 4 programas, cada um deles abordando temáticas específicas que serão trabalhadas de formas colaborativas com os atores envolvidos com a atividade da pesca amadora esportiva. Em síntese, os programas são: 1) Geração e Gestão de Dados; 2) Ordenamento da Pesca Amadora Esportiva; 3) Desenvolvimento da Pesca: Promoção da infraestrutura, equipamentos e serviços especializados, incluindo iniciativas para inclusão de mulheres e pessoas com deficiências e 4) Promoção e Divulgação.

O diretor destacou que a ideia do plano era construí-lo de forma participativa, contando com a participação das instituições públicas em todas as esferas -

federais, estaduais e municipais-, além das entidades e atores envolvidos no setor dessa modalidade. Deste modo, a fim de garantir a máxima participação social optou-se por realizar reuniões virtuais nas cinco regiões do país. As datas das reuniões serão divulgadas na página do Ministério. Depois de realizadas as reuniões virtuais, será realizada uma reunião presencial em Brasília, onde serão validados todos os gargalos, as metas, ações e responsáveis para a publicação do plano nacional da pesca amadora e esportiva.

Foi ressaltado que devido a limitação de recursos humanos pela Secretaria, o MPA não conduzirá as ações do plano, motivo pelo qual, foi aberto um edital de chamamento público para contratação de uma empresa de consultoria. Sendo assim, explicou que serão feitas reuniões periódicas com essa empresa a fim de entender os avanços tomados e assim alcançar o objetivo final, que é subsidiar o plano nacional. Além das oficinas participativas, também estão previstas nessa consultoria a publicação do boletim estatístico de pesca, amadora e esportiva e o diagnóstico socioeconômico dessa atividade.

Em seguida, discorreu as ações realizadas pelo Ministério na modalidade de pesca amadora e esportiva, dentre as quais citou que ainda no primeiro semestre de 2023, foi idealizado o calendário nacional de campeonatos de pesca de livre disponível no site do MPA, além de uma cartilha de pesca amadora e esportiva e o plano nacional que traz todos os fluxos que precisa ser feito para que esse campeonato seja efetivado. Ressaltou também que, em 2023, a SNPI esteve presente em todas as regiões do Brasil, participando de vários campeonatos de pesca, divulgando as normas e oferecendo serviços como a carteira do Pescador Amador Esportivo.

Por fim, enfatizou as parcerias que a Secretaria Nacional de Pesca Industrial tem realizado com Universidades Federais com o intuito de incentivar pesquisas sobre os recursos continentais, marinhos e continentais, visando obter informações sobre o comportamento e sobrevivências dos peixes alvo da pesca esportiva a fim de subsidiar os processos de gestão.

Após a explanação, o Coordenador do CPG convidou os participantes a expressar suas considerações sobre o plano apresentado.

Nesse contexto, o representante da FAEP/BR, senhor Lucemário, indagou como o pescador artesanal estaria inserido no plano, ressaltando sua preocupação com o impacto do turismo nas regiões de pesca profissional.

Como resposta, o senhor Édipo colocou que o MPA defende o uso múltiplo dos ambientes aquáticos, citando que faz parte da política nacional da pesca fomentar e desenvolver uma atividade não comercial como a pesca amadora e esportiva. Desse modo, ressaltou que a Secretaria Nacional de Pesca industrial tem um diálogo muito próximo com a Secretaria de Pesca Artesanal e, portanto, serão resguardados todos os direitos da classe pesqueira artesanal.

O senhor Roberto Sousa, do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, questionou sobre a sobreposição de regularizações da pesca amadora e esportiva com os estados, visto que alguns deles já possuem regularização própria. Além disso, expressou dúvidas quanto a capilaridade do programa considerando o âmbito de aplicação.

Em relação à questão das legislações, explicou que alguns estados realmente exigem a emissão de uma carteirinha estadual. No entanto, uma vez que o pescador possui a carteira nacional, ele estará apto a pescar em qualquer bacia do país. Diante disso, pontuou que o MPA precisa discutir com os estados se realmente há necessidade da carteira estadual, uma vez que já existe a nacional. Quanto à capilaridade, mencionou que todas as secretarias, tanto aquelas ligadas à pasta de ordenamento no meio ambiente quanto as secretarias de pesca específicas, serão convidadas a participar das oficinas para que se possa observar de que forma o plano vai alcançar, em especial, os estados e municípios. Disse também que o plano é norteador da União, mas cada estado poderá se embasar no plano para construir suas diretrizes, em consonância com as diretrizes pensadas em âmbito federal.

3.9 DEMANDAS RECEPCIONADAS PELA SNPA/MPA

O segundo dia da 2ª Reunião Ordinária do CPG Nordeste, iniciou com a sra. Bianca Larissa, secretaria executiva do CPG, apresentando as demandas recebidas pela SNPA durante o ano de 2023.

A primeira demanda abordou a solicitação do período de defeso na barragem da Lagoa do Carro, em Pernambuco. Foi enfatizado que a SNPA está acompanhando o processo e por conta de sua pertinência, o assunto foi colocado na agenda do CPG Nordeste para discussão. Em seguida, a demanda 2 referiu-se ao parecer da Portaria Interministerial nº 192, de 2015, que suspendeu por até 120 dias os períodos de defeso de diversas espécies de peixes. Em resposta, foi

relatado que a Secretaria produziu parecer técnico explicando todo o histórico da Portaria.

Outra demanda recepcionada pela SNPA tratou de uma solicitação de uma agenda junto com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) da regional do Maranhão, que, por motivos de atrasos, não foi possível cumpri-la.

Em atenção à demanda que solicitava estudos para identificação da causa de mortalidade de peixes e a possível contaminação no Rio São Francisco, situado na zona rural de Juazeiro, foi informado que foram feitos alguns encaminhamentos quanto ao andamento do processo. A seguir, foi explanada uma demanda que solicitava fomento para o desenvolvimento da atividade pesqueira no estuário do Rio Real, no município de Jandaíra, na Bahia. Em resposta à solicitação, a Sra. Bianca explicou que a SNPA se colocou à disposição para articular uma reunião com o departamento de fomento que tem na Secretaria, considerando que a demanda está mais atrelada a esse departamento.

A demanda seguinte tratou sobre o rompimento de mina acontecido em Alagoas, no qual, foram enviados dois processos solicitando auxílio financeiro para mais de seis mil pescadores e marisqueiras. Foi respondido que os encaminhamentos necessários para aquele momento se tratava da responsabilização da empresa, tendo em vista a lei de crimes ambientais, que responsabiliza a empresa por danos causados ao meio ambiente e, conseqüentemente, as pessoas envolvidas naquele território.

Dando continuidade as demandas, foi solicitado a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal uma visita técnica no açude de São Gonçalo e uma agenda de reunião com a federação dos pescadores e agricultores de águas interiores da Paraíba, no município de Souza. A respeito disso, explanou que devido ao grande volume de demandas recebidas pela Secretaria e o tempo solicitado para atendimento, as agendas estão sendo planejadas para serem executadas ainda este ano.

Por fim, a última demanda foi do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) que solicitou uma revisão de instruções normativas, além de medidas de controle em relação a algumas espécies exóticas que têm surgido no Rio São Francisco. Foi comentado que ainda não foi formalizado uma resposta sobre essas questões, pois os assuntos estão sendo tratados dentro do CPG e, de acordo com os encaminhamentos tomados, será construído uma resposta completa.

3.10 SOLICITAÇÃO DE PERÍODO DE DEFESO NA BARRAGEM LAGOA DO CARRO/PE

No que tange ao item 12 da agenda definitiva, o Sr. Emerson Oliveira apresentou o histórico e embasamento para solicitação do período de defeso na barragem de lago do carro localizada no estado de Pernambuco. Explanou que a demanda surgiu em função das necessidades dos pescadores artesanais da região e foi construída em parceria com cinco municípios localizados ao entorno da lagoa. Citou que a bacia hidrográfica do rio Capibaribe está dentro do Atlântico Nordeste Oriental, cujo responsabilidade também é de domínio federal. Conforme os dados do Painel Unificado do RGP de 2024, verificou-se que existem 296 pescadores e pescadoras devidamente cadastrados na região e de acordo com o conhecimento tradicional dos pescadores observou-se ainda a baixa capturabilidade das espécies como piaba, curimatã, piau e branquinha.

Nesse contexto, destacou que após análises, apurou que já existe um período de defeso definido para a piaba instituído pela IN IBAMA nº51, de 21 de setembro de 2024, que atende a todos os reservatórios públicos do território nacional. Além dessa, a IN IBAMA nº 209, de 25 de novembro de 2008 e a IN IBAMA nº 2010, de 25 de novembro de 2008 traz também períodos de defesos para as espécies popularmente conhecidas como piau, curimatã e branquinha para os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Com base nisso, justificou que outros estados também podem estabelecer períodos de defeso para a manutenção e sustentabilidade das espécies.

Deste modo, colocou que após conversas com os pescadores, foi escrito um projeto solicitando o período de defeso também para essas espécies na região de lagoa de carro. A proposta foi apresentada em reunião no Ministério de Pesca e Aquicultura que contou com a presença do Ministro André de Paula e o Secretário Nacional de Pesca Artesanal, Cristiano Ramalho.

Sendo assim, citou algumas leis que amparam a aplicação legal do defeso.

Feitas essas colocações, apresentou os procedimentos adotados para seguir com a solicitação do defeso, os quais incluem a:

- 1) Participação efetiva das entidades representativas na Barragem de Lagoa do Carro no Comitê Gestor da Pesca;
- 2) Encaminhar os pareceres favoráveis (MPA e CPG estadual) para o órgão competente federal para análise e determinação por meio de termos e

prazos fixados em atos para que seja feita a concessão do benefício por meio do decreto 8.967 de 23 de janeiro de 2017.

Após a explanação, o Coordenador Jocemar Mendonça abriu a fala para dúvidas e reflexões sobre a apresentação e o pedido do período de defeso para a bacia hidrográfica do Rio Capibaribe.

O representante da FAEP/BR disse estar de acordo com a proposta, declarando a necessidade de defesos para espécies de outras bacias na região.

Com a palavra, o Sr. Édipo argumentou que a solicitação é legítima e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) precisam se organizar e verificar uma forma de viabilizar essa questão, uma vez que há a necessidade de manter a continuidade da atividade pesqueira profissional. Trouxe também um histórico de normativas que englobam os defesos na região nordeste.

O Senhor Henrique, representante do MMA, ressaltou que a análise da necessidade de defeso na região depende do completo acesso às informações, especialmente as biológicas e ecológicas da bacia. Além disso, pontuou que o defeso é diferente do seguro-defeso, ou seja, o primeiro é determinado conforme a necessidade de preservação da espécie, enquanto o último refere-se ao benefício concedido ao pescador artesanal impedido de realizar suas atividades devido o período restritivo de pesca. Deste modo, informou que o Ministério do Meio Ambiente ainda não obteve acesso as informações do processo e, por conta disso, não realizou suas análises e considerações.

Por fim, a Sra. Maria das Águas, representante da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-18, ressaltou que os defesos das espécies não devem contemplar apenas a barragem de Lagoa do Carro, mas sim toda bacia do Rio Capibaribe. Ela colocou que a não conservação das espécies citadas, impossibilitará a continuidade da atividade do pescador artesanal afetando o sustento das famílias que dependem da atividade para subsistência. Deste modo, discorreu que se o pescador não tiver condições de pescar devido o defeso, o seguro deve ser solicitado, no entanto, é primordial que as espécies sejam preservadas.

3.11 RECOMENDAÇÕES DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG NORDESTE

Neste item da agenda, foram destacados os encaminhamentos das recomendações da 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste realizadas em Brasília/DF nos dias 30 e 31 de agosto de 2023. Ao total foram 16 recomendações listadas do último CPG.

A respeito do exposto, a recomendação 1 consistiu em instituir o Grupo Técnico Científico (GTC) do CPG Nordeste. Foi ressaltado que o grupo está sendo construído e, assim que finalizado, será publicado em Portaria. A segunda recomendação tratou sobre compartilhar o edital para inscrição no Banco Técnico Científico. Como dito anteriormente, a demanda encontra-se ainda em fase de construção. Em relação a recomendação 3, a qual versou sobre a produção de material de divulgação das normas de ordenamento pesqueiro vigentes nas bacias abarcadas pelo CPG Nordeste, foi explanado que o material está sendo organizado e será enviado a ASCOM para avaliação e posterior publicação.

Na sequência, a recomendação 4 solicitou o levantamento das normas de ordenamento pesqueiro estaduais e disponibilização aos membros dos CPG. Quanto à solicitação, ficou de encaminhamento que os órgãos estaduais que são membros do CPG realizar esse levantamento. Em seguida, a recomendação 5 referiu-se ao encaminhamento para as entidades e órgãos demandantes do estado de Pernambuco os contatos e a manifestação de interesse da SDA – PE em acompanhar as demandas recepcionadas pela SNPA apresentadas no CPG Nordeste. O Coordenador Jocemar Mendonça mencionou que os contatos já foram encaminhados e estão aguardando o retorno.

A recomendação 6 que seria encaminhar a relação de períodos de defeso para as instituições representativas da área de abrangência do CPG Nordeste, solicitando a identificação dos defesos prioritários para revisão, foi outra demanda já encaminhada para os órgãos competentes, contudo, até o momento não encaminharam resposta. A recomendação 7 tratou de encaminhar para o MMA a lista de organizações interessadas em participar do subgrupo do Plano de Recuperação do Pintado/Surubim. Foi respondido que a secretaria está aguardando a manifestação dos interessados para o encaminhamento da solicitação.

Dando continuidade, a recomendação 9 foi encaminhar à Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisado Ministério da Pesca e

Aquicultura (SERMOP/MPA) as demandas de monitoramento e pesquisa presentes no Plano de Recuperação do Pintado/Surubim, o qual já foi realizado.

Por outro lado, a recomendação 10 tratou de levantar e sistematizar estudos de impacto da presença de espécies exóticas na bacia do rio São Francisco. Foi feita uma avaliação e foi decidido que o encaminhamento seria realizado após as discussões no CPG. Em relação a recomendação 11 que solicitou a apresentação para o CPG nordeste um documento síntese sobre as medidas de ordenamento que precisam ser revistas, de acordo com o PAN São Francisco, o Coordenador pontuou que a demanda foi atendida, inclusive, apresentada no CPG pela Sra. Maria Rita.

Na sequência das recomendações, foram apresentadas a recomendação 12 que solicitou o envio à SERMOP a lista de entidades interessadas em fornecer informações e dados de registro e monitoramento da atividade pesqueira; a recomendação 13 sobre incluir na pauta da próxima reunião do CPG Nordeste a discussão e avaliação sobre repovoamento de espécies; e a recomendação 14, sobre solicitar ao IBAMA e órgãos estaduais quais são os procedimentos legais para realizar o repovoamento de espécies. Foi ressaltado que as tratativas para o atendimento dessas demandas ainda estão em andamento, e por razões de maiores esclarecimentos, não foram totalmente atendidas.

Por fim, a recomendação 15 demandou a identificação das UHEs, PCHs e empreendimentos de energia solar, no rio São Francisco, em atividade e em previsão de instalação. Foi encaminhado ofício aos órgãos competentes, contudo não houve retorno. A última recomendação solicitou ao PAN São Francisco uma apresentação sobre as ações relacionadas às articulações sobre vazão ecológica, a qual foi prontamente atendida no CPG.

3.12 RECOMENDAÇÕES DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG NORDESTE

Finalizado a leitura das recomendações e encaminhamentos da primeira Sessão Ordinária do CPG Nordeste, deu-se início a construção das recomendações da 2ª reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e

Atlântico Leste - CPG Nordeste. A lista de todas as recomendações e responsáveis para atendimento estão dispostas no anexo I.

A **Recomendação 1** tratou sobre atualizar a Portaria ICMBio nº 127, de 16 de janeiro de 2023 para garantir a representatividade dos atores da pesca artesanal na bacia do rio São Francisco. O senhor Édipo (SNPI) apontou como sugestão para redação a inclusão dos atores da pesca artesanal e dos órgãos da administração pública responsáveis pelo ordenamento pesqueiro. Houve ainda algumas discussões sobre a necessidade de garantir maior participação do setor pesqueiro artesanal e dos órgãos envolvidos na atividade pesqueira nas discussões do PAN. Diante disso, construiu-se a **Recomendação 2**: Garantir a participação do MPA, MMA e atores da pesca artesanal nas reuniões enquanto não ocorrer a atualização da portaria.

No que tange as reuniões, o Coordenador Jocemar Mendonça questionou se essa garantia de participação se estende além do convite, o custeio da viagem aos pescadores e pescadoras, caso exista reunião presencial. A senhora Maria Rita, representante do CEPTA/ICMBio, esclareceu que não poderá afirmar que as viagens serão custeadas uma vez que isso dependerá da liberação de recursos. Logo, a recomendação é que as reuniões sejam online e que as reuniões presenciais sejam justificadas.

Foi apontado pelo Sr. Lucemário (FAEP/BR) que outras instituições representantes dos pescadores artesanais integrem o PAN São Francisco, tais como CNPA, DENOX e BAHIA PESCA. Em relação ao colocado, o Coordenador Jocemar Mendonça apontou que seria feito um levantamento das instituições que desejam participar do PAN e, assim, realizar os encaminhamentos necessários para integração. Em seguida, as informações seriam encaminhadas ao CEPTA/ICMBio visando uma ampliação da Portaria e das partes envolvidas nas discussões do PAN.

Em seguida, a **Recomendação 3** abordou a revisão da Portaria IBAMA nº 18, de 11 de junho de 2008, que estabelece normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O Coordenador esclareceu que a revisão é uma demanda do setor pesqueiro artesanal e refere-se, especialmente, ao tamanho da malha de 140 mm. Atinente a isso, mencionou que a estratégia adotada pela gestão para revisão de normas tem-se baseado em consultas públicas com os pescadores e pescadoras artesanais buscando a adequação da legislação e, depois, com

dados técnicos científicos, estabelecer a revisão e construção de uma norma que melhor atenda a realidade dos pescadores. Devido a gestão compartilhada, pontuou que os responsáveis pelo atendimento do pleito serão o MPA e o MMA.

Dando seguimento, a **Recomendação 4** concentra-se em analisar a possibilidade de período de defeso na bacia do Rio Capibaribe. Como proposta redacional, o Diretor Édipo sugeriu o seguinte texto “Avaliar a possibilidade de implementação do período de defeso da sub-bacia do rio Capibaribe, pertencente à bacia do Atlântico Oriental Nordeste”, sendo os responsáveis o MPA, MMA e o GTC Nordeste.

A **Recomendação 5** tratou sobre avaliar a proposta de pulsos de vazão no rio São Francisco e discutir com o setor pesqueiro para sua implementação. A proposta surgiu da apresentação da Sra. Maria Rita, a justificativa para esses pulsos de inundações é trazer uma maior produtividade as áreas afetadas pelas barragens. Devido a abrangência do assunto, o Sr. Henrique Arakawa (MMA) colocou que para amplificar as discussões seria interessante incluir o IBAMA, CODEV, ASF, ONS e a ANA como órgãos responsáveis para avaliar a viabilidade da proposta. Nesta mesma linha, o Sr. Michel Lopes destacou que a simulação de pulsos de inundações consiste em uma alternativa eficaz para aumentar a produtividade biológica, beneficiando, desta forma, a pesca artesanal.

Já a **Recomendação 6** versou sobre o envio de ofício aos órgãos de fiscalização sobre o uso inadequado das margens (lagoas) no rio São Francisco. Feitas algumas considerações, a recomendação final foi: Solicitar aos órgãos ambientais que realizem ações de educação ambiental e fiscalização quanto ao uso das áreas de inundações marginais.

Por fim, após manifestações da plenária foram adicionadas mais duas recomendações, sendo a **Rec 7**: Divulgar aos membros do CPG Nordeste o calendário das oficinas participativas do Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva (PNPA) e a **Rec 8**: Formalizar um grupo temático para discussão sobre o repovoamento de espécies nas bacias de abrangência do CPG Nordeste.

3.14 DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG NORDESTE

Ao final das recomendações, foram feitas as sugestões do calendário de reuniões para o próximo CPG Nordeste. A data prevista foi novembro de 2024,

sendo os locais sugeridos os estados de Alagoas, Alto São Francisco, Bahia (Paulo Afonso), Paraíba (Campina Grande) e Brasília.

4. ENCERRAMENTO

Após todos os debates e discussões realizados, o Coordenador do CPG Nordeste, Jocemar Mendonça, agradeceu a participação e colaboração de todos os presentes, destacando a importância das discussões para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e das atividades pesqueiras. Assim, não havendo mais assuntos ou manifestações, declarou encerrada a Segunda Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Paraíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG Nordeste.

ANEXO I

Tabela 01. Recomendações da 2ª Reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Paraíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG Nordeste, da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida em formato híbrido pela plataforma Google Meet, nos dias 15 e 16 de maio de 2024, em Petrolina/PE.

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO *
REC 1/2024: Atualizar a Portaria ICMBio nº 127, de 16 de janeiro de 2023 para garantir a representatividade dos atores da pesca artesanal da bacia do rio São Francisco e órgãos da administração pública responsáveis pelo ordenamento pesqueiro.	CEPTA/ICMBio	1º trimestre de 2025
REC 2/2024: Solicitar para o CEPTA/ICMBio para garantir a participação do MPA, MMA e atores da pesca artesanal nas reuniões enquanto não ocorrer a atualização da portaria.	Coordenação do CPG	Junho/2024

REC 3/2024: Revisão da Portaria IBAMA nº 18, de 11 de junho de 2008, que estabelece normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (aparelho de pesca, tamanho de captura e restrição de áreas).	MPA/MMA	Até a próxima reunião
REC 4/2024: Avaliar a possibilidade de implementação do período de defeso na bacia do rio Capibaribe.	MPA/MMA e GTC Nordeste	Ao longo de 2024
REC 5/2024: Avaliar a proposta de pulsos de vazão no rio São Francisco e discutir com o setor pesqueiro para sua implementação.	MPA/IBAMA(DILIC) /CODEVASF/ONS/ ANA	Ao longo de 2024
REC 6/2024: Solicitar aos órgãos ambientais que realizem ações de educação ambiental e fiscalização quanto ao uso das áreas de inundações marginais (lagoas).	Coordenação CPG Nordeste	Junho/2024
REC 7/2024: Divulgar aos membros do CPG Nordeste o calendário das oficinas participativas do PNPA.	SNPI/MPA	Maio/2024
REC 8/2024: Formalizar um Grupo Temático para discussão sobre o repovoamento nas bacias.	MPA/MMA/IBAMA/ CMBIO	2º Semestre de 2024

